

OS CAMINHOS DA PENHA: REDES DE PROTEÇÃO AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Gabriela Kunzler¹; Priscila Pavan Detoni²

Resumo

O presente trabalho traça os caminhos feitos pelas mulheres em situação de violência doméstica e familiar para buscar formas de proteção. Realizou-se entrevistas com essas mulheres, em cinco serviços especializados que atuam junto a políticas públicas de atenção e garantia de direitos das mulheres vítimas de violência doméstica no município de Lajeado-RS. Objetivou-se dar visibilidade aos locais onde essas mulheres em situação de violência buscam auxílio, informações e garantias de direitos, bem como apresentar a relação entre os serviços e a comunidade para articular um trabalho em rede que contemple os propósitos da Lei Maria da Penha. Trata-se de uma pesquisa de campo, qualitativa e exploratória, onde as informações, coletadas através de entrevistas semi-estruturadas, foram analisadas conforme a metodologia de Análise de Redes Sociais. Os resultados identificam obstáculos encontrados pelas mulheres para terem acesso à Lei e a rede de serviços que trabalham com a garantia de direitos e exercício da cidadania frente à violência doméstica e de gênero. Conclui-se que o investimento em capacitações e projetos educativos que discutam essa violência de gênero são imprescindíveis para fortalecer a rede de serviços e informar a população. Por isso, ainda precisamos percorrer um longo caminho para ampliar o trabalho de prevenção, acesso aos direitos e cuidado em relação à complexidade da violência doméstica contra as mulheres.

Palavras-chave: Violência doméstica contra a mulher; Gênero; Lei Maria da Penha; Rede.

Introdução

As instituições públicas do município de Lajeado, no interior do Rio Grande do Sul, que trabalham com demandas relacionadas à Lei Maria da Penha vêm promovendo uma reunião por mês para discutir ações e modos de trabalho. Nesses encontros o que foi apontado como principal problema no enfrentamento à violência e no acompanhamento às mulheres era denominado “buraco na rede”. A expressão faz referência ao dilema das mulheres que solicitam ajuda frente à situação de violência em alguma instituição da rede formal ou informal, mas que, após este movimento, desistem de buscar seus direitos e seguir atendimentos nos serviços disponíveis, para os quais ela recebe encaminhamento, dificultando o rompimento com o ciclo de violência. Em virtude dessas dificuldades, a pesquisa buscou compreender como acontecem as ações previstas na Lei Maria da Penha, saber de que forma ocorre a proteção da vítima de violência doméstica e familiar; onde essas mulheres buscam ajuda; e entender como a rede de políticas públicas se articula para garantir os direitos dessas mulheres. Para isso, se faz necessário conhecer a trajetória de mulheres que buscam romper com o ciclo de violência em que se encontram.

¹ Centro Universitário Univates – gkunzler@gmail.com

² Centro Universitário Univates e UFRGS – priscila.detoni@univates.br

Métodos

Trata-se de uma pesquisa de campo, qualitativa e exploratória que conta com cinco entrevistas semi-estruturadas com mulheres em situação de violência doméstica e familiar, que objetivou dar visibilidade aos caminhos percorridos por elas na busca de garantia de seus direitos. Além disso, realizou-se observação participante nas reuniões da rede de enfrentamento à violência contra a mulher do município de Lajeado-RS ao longo de um semestre, onde o projeto de pesquisa foi apresentado e com consentimento dos serviços, possibilitou conhecer o funcionamento da rede e de cada serviço. As mulheres informantes da pesquisa foram convidadas conforme sua disponibilidade e com consentimento de cinco instituições que trabalham com acolhimento às mulheres amparadas pela Lei Maria da Penha, sendo estes: Casa de Passagem, Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), Serviço de Assistência Jurídica do Centro Universitário da Univates (SAJUR), Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM) e Coordenadoria da Mulher. A pesquisa utiliza a metodologia Análise das Redes Sociais, que de acordo com Meneses e Sarriera (2005: 57), tem dois grandes focos de estudos: o primeiro se refere à observação do aspecto estrutural das redes. O segundo se refere à funcionalidade das redes sociais, compreensão que geralmente se realiza mediante metodologia qualitativa, buscando descrever as funções que presta a rede social, bem como caracterizar vínculos com que estas se entrelaçam.

Resultados

A partir da trajetória que cada mulher percorreu, foi possível identificar que todas as entrevistadas contaram primeiramente com redes informais - família ou amigos - que ajudaram, apoiaram e orientaram essas mulheres sobre como e onde buscar auxílio. Ao mesmo tempo, constata-se que muitas sofreram violência física e moral por parte de outras pessoas da família do ex-companheiro, situação que mostra o quanto o machismo/sexismo, fruto da cultura patriarcal, deve ser trabalhado com toda sociedade a partir das relações de gênero, para desconstruir concepções enraizadas e violentas de ser mulher e de ser homem. Identificamos que os impulsos internos e externos que motivaram as mulheres a buscar auxílio nos serviços da rede formal também contribuíram para a articulação entre as instituições. Destacam-se dificuldades encontradas nos percursos, como a questão da “autoridade social”, que atua de forma a pressionar a mulher para que cumpra com as funções tradicionais de gênero; o acesso às informações sobre a Lei Maria da Penha; a falta de conhecimento sobre as formas de violência; e o reconhecimento de instituições que fazem parte da rede de auxílio às mulheres em situação de violência. Percebeu-se também uma fragilidade de vinculação entre os serviços e seus atores, que resultou na incompreensão dos encaminhamentos, por falhas na comunicação e articulação entre a rede o que implica na pessoalização dos atendimentos e judicialização das violências, corroborando assim, com os atendimentos condicionados às pessoas que prestam serviços e não aos serviços, e reiterando o conhecido “buraco na rede”. Observa-se ainda, que a Delegacia é tida como “porta de entrada” para os serviços da rede, atuando como uma “correia de transmissão” que viabiliza o trabalho intersetorial.

Discussão

Frente aos resultados, se faz importante pensar em ações de capacitação para os serviços e comunidade, como prevê a Lei Maria da Penha que tem uma proposta de trabalho intersetorial.

Para Pasinato (2010), a falta de integração entre a rede faz com que não sejam aplicadas as medidas de assistência que a mulher carece e não há articulação com os programas e políticas sociais para o encaminhamento dela e seus familiares. Nestes casos, é possível afirmar que o fluxo da rede se quebra, tornando a rede frágil e instável por não existir uma política consolidada. Além disso, de acordo com Beiras *et al.* (2012), o homem é parte do problema da violência contra a mulher e deve ser incluído na construção de estratégias para resolução deste. Atualmente, o município não oferece atendimento específico para o homem agressor nos casos de Maria da Penha, contudo, têm programado atividades de discussão e orientação para estes. Isso mostra que a rede de serviços de Lajeado é uma rede que está em constante capacitação e que é comprometida com as propostas da Lei.

Conclusões

Apesar destas dificuldades, o município de Lajeado conta com uma rede sólida que vêm promovendo ações integradas e intersetoriais para garantir o cuidado das mulheres amparadas pela Lei Maria da Penha, com amplas possibilidades de auxílio à mulher, superando limites regionais pela sua proteção. Conclui-se que para diminuir as violências, é necessário pensar em estratégias conjuntas para lidar com a violência contra a mulher e ampliar os debates sobre gênero e a complexidade da temática. Assim, a rede passa a compreender a comunidade como parte desta luta e se expande.

Referências

BEIRAS, Adriano *et al.* (2012). Políticas e leis sobre violência de gênero. Reflexões críticas. **Psicol. Soc.** Belo Horizonte, 24(1), 36-45. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000100005&lng=en&nrm=iso> Acesso em 30 de mai. 2015.

MENESES, María Piedad Rangel; CASTELLA SARRIERA, Jorge. Redes sociais na investigação psicossocial. **Aletheia**, Canoas, n. 21, jun. 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942005000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 jun. 2015.

PASINATO, Wania (2010). Lei Maria da Penha – Novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos?. **Civitas**, Porto Alegre, 10(2), 216-232. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/6484/6767>>. Acesso em 17 mai. 2015